



O papel do jornalismo na cobertura da questão ambiental na Amazônia¹

Allan Soljenítsin Barreto RODRIGUES²
Grace Soares COSTA³

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM

RESUMO

A Amazônia possui posição central no debate sobre a necessidade imediata de tomada de decisões esclarecidas sobre a questão ambiental. Neste paper, abordamos de forma sucinta a questão ambiental, seus efeitos na região amazônica e o papel fundamental que o jornalismo pode ter nas sociedades democráticas ao contribuir no processo de promoção e ampliação do debate junto à opinião pública sobre um tema crucial para a nossa época. Apontamos também alguns caminhos para que a prática jornalística possa cumprir sua função social nas coberturas jornalísticas sobre meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; Jornalismo; Questão Ambiental.

1.0 - Emergência Ambiental

O modelo de desenvolvimento econômico baseado nos princípios do capitalismo, adotado pela maioria dos países, põe em risco a sobrevivência humana no planeta ao promover a exploração insustentável dos recursos naturais e ao poluir o ambiente. A consequência mais catastrófica desses dois fatores são as mudanças climáticas⁴ globais, que já se manifestam por meio de furacões, grandes estiagens, enchentes, aumento da temperatura, desertificação, extinção de espécies da fauna e da flora e outros fatores igualmente preocupantes. Tais impactos atingem diretamente a produção de alimentos, os mananciais de água potável, a geração de energia, a qualidade do ar e a capacidade de sobrevivência da humanidade diante destas condições extremas.

O risco de extinção da raça humana não está relacionado com eventos alheios ao conhecimento ou ao controle do homem, pelo contrário, ele decorre diretamente de suas atitudes em relação à exploração dos recursos naturais do planeta. Vejamos alguns

¹ Trabalho apresentado no DT 1 ó Jornalismo do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 01 a 03 de maio de 2014.

² Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia, jornalista, escritor e professor do Curso de Jornalismo da UFAM, email: allan_soljenitsin@yahoo.com.br

³ Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia e coordenadora do Curso de Comunicação Social da Faculdade Martha Falcão (FMF), email: Grace.soares@gmail.com

⁴ Mudanças climáticas é outro nome dado para o aquecimento global, acontecem quando são lançados mais gases de efeito estufa (GEEs) do que as florestas e os oceanos são capazes de absorver.



dados publicados pela imprensa que apóiam esta premissa: o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas (ONU), que reúne os principais especialistas sobre aquecimento global vem divulgando relatórios de avaliação dando conta de que a emissão de gases causadores do efeito estufa e a adoção de práticas não-sustentáveis ameaçam seriamente a continuidade da vida no planeta. Em 2004, a União Mundial de Conservação (IUCN, na sigla em inglês) apontou que 12% de todas as espécies de aves, 23% dos mamíferos, 25% das coníferas e 32% dos anfíbios estão ameaçadas de extinção devido as alterações no clima causadas pela emissão de gases causadores do efeito estufa.

O IPCC também aponta que a ação humana é provavelmente a maior responsável pelo aquecimento global nos últimos 50 anos e que os efeitos desta influência se estendem a outros aspectos do clima, como elevação da temperatura dos oceanos, variações extremas de temperatura e até padrões dos ventos. A estimativa dos especialistas é de que, até o fim deste século, a temperatura da Terra deverá subir entre 1,8°C e 4°C, o que aumentaria a intensidade de tufões e secas. Nesse cenário, um terço das espécies do planeta estaria ameaçado e, conseqüentemente, as populações, principalmente as localizadas em países pobres que estarão mais vulneráveis a doenças e desnutrição. O grupo calcula que o derretimento das camadas polares pode fazer com que os oceanos se elevem entre 18 cm e 58 cm até 2100, fazendo desaparecer pequenas ilhas e obrigando centenas de milhares de pessoas a engrossar o fluxo dos chamados «refugiados ambientais» ou seja, pessoas que são obrigadas a deixar o local onde vivem em consequência da piora do meio ambiente.

A estimativa do IPCC é de que mais de um bilhão de pessoas correm o risco de ficar sem água potável por conta do derretimento do gelo no topo de cordilheiras importantes, como o Himalaia e os Andes. Para ele, os países poderiam diminuir os efeitos maléficos do aquecimento global estabilizando em um patamar razoável as emissões de carbono até 2030, o que custaria 3% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Ainda segundo os especialistas do grupo, os problemas ambientais causados pelo aquecimento global causarão conflitos devido às severas limitações ao acesso à comida e à água potável, à instabilidade das condições de saúde e ao impacto sobre os ecossistemas, que ameaçam a segurança das povoações humanas, obrigando-as a protagonizar grandes movimentos migratórios.

O aquecimento global no Brasil pode ter efeitos 20% maiores que a média global até o fim do século, com grandes impactos sobre os índices pluviométricos do país, de



acordo com um novo estudo do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), lançado durante a reunião das Nações Unidas sobre o clima, em Copenhague (BBC, 2010). Em parceria com o Met Office Hadley Centre, da Grã-Bretanha, cientistas fizeram projeções dos efeitos dos gases que provocam o efeito estufa no país usando diferentes modelos. As consequências econômicas para o país são potencialmente desastrosas, já que uma redução no regime de chuvas do Brasil teria efeitos diretos sobre a produção de energia elétrica ó 70% da qual é gerada por hidrelétricas. Além disso, as pesquisas do Inpe e do Hadley Centre alertam para os riscos do desmatamento que também colabora para deixar o clima mais quente e seco (BBC, 2010).

Se mais de 40% da extensão original da floresta amazônica for desmatada, isto pode significar a diminuição drástica da chuva na Amazônia Oriental (Diário de Notícias, 2010). Segundo os pesquisadores, 40% de desmatamento ou um aquecimento global entre 3°C e 4°C representariam o "tipping point" ou seja, o ponto a partir do qual parte da floresta corre o risco de começar a desaparecer. Com apenas 2°C a mais no termômetro, a bacia amazônica perderia 12% do volume de chuvas e a bacia do São Francisco, 15%. Na bacia do Prata, por outro lado, os cientistas prevêem um aumento nos índices pluviométricos de 2%.

Nas previsões mais extremas, com um acréscimo de temperatura de 6,6%, as chuvas na Amazônia e na região do São Francisco poderiam cair 40% e 47%, respectivamente, literalmente transformando essas regiões (BBC, 2010). Os pesquisadores ainda fizeram uma versão intermediária dos impactos do aquecimento, levando em conta um acréscimo de 5,3°C. Nesta, a bacia do São Francisco perderia 37% das suas precipitações, enquanto a região amazônica teria 31% a menos de chuvas. Mesmo a hipótese menos drástica, de um aquecimento de 2°C, ameaçaria o futuro do rio São Francisco, que já terá o seu volume d'água bastante afetado pelas obras de transposição. O modelo climático global do Hadley Centre faz projeções de alterações do clima em todo o mundo. Já o modelo climático regional do Inpe se concentra no Brasil e avalia o impacto de níveis diferentes de aquecimento global. Desde a década de 80, o Inpe vem aplicando modelos climáticos globais como ferramenta para estudar os impactos do desmatamento na Amazônia sobre o clima.

Grande parte das razões que levaram os negociadores internacionais a não fecharem acordos efetivos sobre a adoção de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social capaz de conciliar o progresso e o uso sustentável dos recursos naturais tem raízes na falta de apoio em seus respectivos países à medida que



ocasionarão mudanças nos processos produtivos e nas relações de consumo. Apenas como exemplo, podemos citar que a redução nas emissões de gases do efeito estufa afeta as empresas petrolíferas (produtoras e vendedoras de combustíveis fósseis), o controle e regulamentação dos desmatamentos exige adaptações nas indústrias madeireiras, a diminuição do lançamento de resíduos sólidos no ambiente (lixo doméstico e industrial) afeta os hábitos de consumo e os arranjos produtivos. Logo, é possível correlacionar o aumento no nível de informação sobre a questão ambiental, a tomada de decisão esclarecida sobre a adoção ou não das medidas necessárias para diminuir o aquecimento global com a efetiva ação governamental.

Exatamente neste ponto da necessária promoção do debate e no consequente aumento do nível de esclarecimento das pessoas sobre os problemas ambientais que os veículos de comunicação de massa podem dar uma valiosa contribuição ao democratizarem o conhecimento científico/ambiental. Para o jornalista André Trigueiro, em sua obra *oMundo Sustentável - Abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação*, só a comunicação pode retirar as questões ambientais do gueto em que estão colocadas (fazendo de conta que são isoladas, apartadas) e levar a sociedade a entender que todas as ações humanas têm impacto sobre o concreto - a água, o solo, o ar, os seres vivos. E se é assim, tudo o que se relaciona com o meio ambiente precisa permear qualquer discussão na área econômica, política, social, cultural ó enfim, todas as áreas.

2.0 ó As Secas de 2005 e 2010 no Amazonas

É no contexto das mudanças climáticas que ocorre no Estado do Amazonas duas das maiores vazantes registradas na região. Em 2005, quase todos os chefes de Estado do mundo desenvolvido mostraram-se preocupados com a questão ambiental. Devido a esse fato, a imprensa mundial passou a dar grande espaço em seus noticiários para as mudanças climáticas e seus efeitos. Os veículos de comunicação nacionais e internacionais transformaram as secas de 2005 e 2010 em indícios de que as mudanças climáticas, provocadas pelo aumento da temperatura do planeta, começaram a ter efeitos sobre a Amazônia.

Jornais, televisões, sítios na internet e rádios transmitiram ao mundo os relatos de uma vazante severa e sem precedentes, cujas consequências ameaçavam o modo de vida das populações tradicionais e a sobrevivência de milhares de espécies da fauna e da flora amazônica. No entanto, como demonstra um levantamento preliminar feito para a



composição do projeto de pesquisa que deu origem a esta tese, dois anos após o fenômeno tanto as causas quanto as consequências das secas de 2005 e 2010 foram, pouco a pouco, caindo por terra diante dos fatos científicos que vieram à tona, com menos destaque, nos mesmos veículos de comunicação.

“Desastre ambiental”⁵, “Deserto na Amazônia”⁶ e “Amazônia pede socorro”⁷ foram algumas das manchetes dos principais jornais da região e até mesmo de veículos de comunicação nacionais e internacionais. Vejamos:

O gerente-executivo do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) no Amazonas, Henrique Pereira, afirmou nesta segunda-feira que o impacto da seca sobre a fauna aquática pode se prolongar por até dois anos. A maioria das espécies de peixes adquirem tamanho nos lagos. Com os lagos secos, os peixes não têm acesso aos rios, nos quais se reproduzem. “Os peixes estão morrendo nos lagos, isso causará impactos no recrutamento (crescimento) porque, sem adquirir tamanho, a pesca comercial estará afetada”, afirmou Pereira. Além dos peixes, o gerente do Ibama disse que os mamíferos aquáticos, como o peixe-boi e o boto, são as espécies mais vulneráveis. Os animais se tornam presas fáceis para caçadores. “Os rios enfrentam uma seca extrema, fora do normal, deixando a população vitimizada, e os animais ameaçados mais vulneráveis”, disse Henrique Pereira. Segundo ele, uma pesquisa do órgão na região de Coari (a 370 km de Manaus) detectou a matança de cem peixes-bois durante a vazante. (Impacto da seca nos rios do AM pode durar até dois anos, diz Ibama (Agência Folha. Manaus, 10 de out. 2005).

Praias inacessíveis e tomadas por lama, bancos de areia que viram armadilhas, casas flutuantes e embarcações encalhadas devido à pouca profundidade do rio e catraeiros sem clientes. Esse é o cenário do rio Negro em Manaus, cujo nível chegou, ontem, ao segundo menor da história. A cota de 14,09m de ontem perde apenas para a cota recorde registrada em 1963, de 13,64m. Mesmo cauteloso, o superintendente do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), órgão que monitora as cotas d’água, Marco Antônio Oliveira, já admite que a seca deste ano seja recorde. A cautela de Oliveira deve-se à complexidade de se analisar o comportamento da vazante sem a existência de poços subterrâneos. Daí a ausência de um alerta de seca, como acontece no período da cheia (Jornal A Crítica. Manaus, 21 de out. 2010).

Neste contexto, cabe perguntar se a mídia impressa regional deu conta do trabalho de ajudar, num cotidiano tão acostumado à percepção do imediatamente visível (MEDITSCH, 2005), a sociedade a compreender as causas e as consequências dos referidos fenômenos naturais e a tomar decisões diante das questões de fundo do

⁵ Correio Amazonense, 23/10/2005, pg. A1, caderno de Cidades.

⁶ A Crítica, 15/10/2005, pg. C2, caderno de Cidades.

⁷ Estado do Amazonas, 17/11/2005, pg. 2, caderno Manaus.



problema (mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, políticas públicas e etc). Os alertas feitos por Leff (2008) e os dados apresentados anteriormente nos levam a crer que a humanidade precisará optar por novo paradigma econômico ou adaptar o já existente às variáveis ambientais. Tal opção precisará ser global, e isso envolverá a participação esclarecida da sociedade civil organizada e dos governos. Uma das principais fontes de informação que irá subsidiar este debate será os *Mass Media* e, conseqüentemente, o jornalismo.

3.0 ó A importância do jornalismo na questão ambiental

Em casos com os da cobertura das secas no Amazonas em 2005 e 2010, a imprensa deverá ter papel central ao ajudar na mediação das informações científicas, ao contextualizar os fatos, ao dar oportunidade para que todos os discursos (contra e a favor das transformações) cheguem às pessoas e fiscalizar as ações governamentais. De acordo com Flannery (2007, p.29),

Um dos maiores obstáculos para se começar a agir em relação às mudanças climáticas é que ela se tornou um clichê antes mesmo de ser entendida. O que precisamos agora é de boa informação e de um planejamento cuidadoso, porque nos próximos anos essa questão vai eclipsar todas as outras. Vai se tornar a única questão. Precisamos reexaminá-la com um espírito verdadeiramente cético ó para ver sua magnitude e com que rapidez está avançando.

Para Bueno (2007), diante da questão ambiental o papel do jornalismo na democracia volta-se para a conscientização pública de segmentos da sociedade sobre como agir para a promoção do desenvolvimento sustentável. A autora enfatiza que todos têm direito à informação e que a imprensa é a forma de democratizar a informação científica e tecnológica embutida nas questões ambientais. A mídia deve expressar a pluralidade de opiniões em matérias controversas e proporcionar um retrato não fragmentado da realidade. Bueno, por um lado, destaca o reconhecimento do papel mobilizador dos meios de comunicação e da necessidade de qualificar a informação para que ela funcione como instrumento de pressão, e por outro, defende a afirmação de um direito inalienável do homem que é o de ter/receber informações de natureza plural e não fragmentada.

Já Figueiredo (2001), afirma que a mídia, expressa através de veículos massivos (televisão, rádio, jornais, revista e Internet), pode ser considerada uma aliada poderosa junto à educação, pois tem importante papel a cumprir na sociedade uma vez que com o



advento das novas tecnologias a sociedade moderna habituou-se a adquirir informações e conhecimentos por meio destes veículos. A interpretação de vários gêneros de matérias jornalísticas veiculadas pela mídia impressa e eletrônica proporciona ao público conhecer e transformar a qualidade de vida do cidadão na sociedade.

O papel da imprensa na questão ambiental também envolve implicações relacionadas à educação básica. Pesquisa realizada recentemente por Bortolozzi (1999) revela que boa parte das informações que os professores de escolas públicas recebem sobre meio ambiente vêm da mídia, especialmente da televisão. Não que a mídia não possa ser fonte, mas a questão é como esse material é trabalhado em sala de aula. A tendência mais comum é a de ser repassado como verdade absoluta. Na LDB 9.394/96, a educação ambiental foi incluída nos chamados temas transversais e incorporada aos currículos de escolas públicas e privadas do ensino fundamental e do ensino médio. Para a ONU, num documento preparatório para a Conferência sobre Meio Ambiente, citado por Dias (1993), a educação ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente, interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade no presente e no futuro (DIAS, 1993).

4.0 ó Caminhos para um jornalismo eficiente na questão ambiental

A função social das coberturas jornalísticas sobre a questão ambiental na Amazônia é estar política, social e culturalmente engajada na causa do desenvolvimento sustentável e com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. õSó desta forma conseguirá encontrar forças para resistir às investidas e pressões de governos, empresas e até de universidades e institutos de pesquisa, muitos deles patrocinados ou reféns dos grandes interessesõ (BUENO, 2007, p.29). O atingimento desta função, que não se descola da função social do jornalismo de forma geral, supõe a observância de alguns princípios e procedimentos que a comunidade jornalística do campo ambiental vem adotando ao longo dos anos que abordaremos aqui de forma sucinta.

a) Diversidade de fontes

As reportagens ambientais precisam abrir espaço não somente para os que já possuem espaço de fala nos veículos de comunicação (autoridades, pesquisadores, empresários e políticos), mas também àqueles comumente silenciados pela mídia (entidades de classe, líderes comunitários, integrantes de comunidades afetadas pelos



problemas ambientais, etc.). O jornalismo ambiental deve potencializar o diálogo entre o acadêmico e o pescador, entre o agrônomo e o trabalhador rural, o mateiro e o biólogo e não deve estigmatizar a sabedoria dos pajés (BUENO, 2007, p.14). A escolha das fontes deve ter como fator norteador compatibilizar visões, experiências e conhecimentos contribuindo para uma relação melhor entre homem e meio ambiente.

Ao privilegiar apenas o chamado discurso competente, o jornalismo ambiental corre o risco de apenas legitimar hierarquias e promover distanciamentos, pois conforme Bueno (2007, p.15),

O jornalismo ambiental brasileiro, equivocadamente, tem sido acometido pela síndrome do Lattesö, ou seja, tem priorizado (ou, o que é mais dramático, se reduzido a) fontes que dispõem de currículo acadêmico, produtores de conhecimento especializado e que, muitas vezes têm, por viés do olhar ou em muitos casos por má índole, se tornado cúmplices de corporações multinacionais que pregam o monopólio das sementes ou fazem apologia dos insumos químicos ou agrotóxicos, cinicamente chamados de defensivos agrícolas.

Existem muitos outros protagonistas possíveis nas pautas ambientais fora dos muros das academias. Na Amazônia, os povos da floresta, o agricultor familiar, o cidadão que vive nas ruas das capitais e sedes municipais do interior precisam ter vez e voz nas discussões sobre os modelos de desenvolvimento propostos para a região. Alguns veículos de comunicação, devido ao seu compromisso comercial e político, repercutem as falas apenas dos representantes de grandes interesses das fontes oficiais, tratando de forma preconceituosa as entidades da sociedade civil que teimam em exercer vigília para defender seus interesses e de seus representados.

A prática de limitar ou escolher de forma não democrática as fontes também acarreta um outro problema às pautas ambientais: o maniqueísmo. A maioria dos repórteres - por despreparo, falta de tempo ou hábito - ainda resume seu trabalho seguindo ao pé da letra a velha máxima de ouvir o outro lado. Essa prática, muitas vezes, cria uma falsa polarização de conflitos do tipo "empresa versus ONGs" ou "governo versus ONGs" ignorando que seria necessário dar voz a inúmeros "outros lados" esquecidos - lideranças comunitárias e pesquisadores, por exemplo (SCHARF, 2004).

b) Independência em relação às fontes



No dia a dia da cobertura ambiental o jornalista não deve escolher os assuntos que irá cobrir com base em sugestões encaminhadas por agências de comunicação, assessorias de imprensa, pesquisadores, ONG's dentre outros sem antes buscar entender as razões e os interesses que estão por trás delas. Do contrário, como tem acontecido com relativa frequência, terminam tornando-se vendedores de produtos, serviços e ideias às vezes antagônicos ao desenvolvimento sustentável (BUENO, 2007). Novamente, o domínio dos conceitos e contextos da questão ambiental faz-se necessário, pois aos desprezá-los a cobertura ambiental abre espaço para oportunismos subsidiados por competentes assessorias de comunicação. Para Bueno (2007, p.18),

Quase sempre as matérias são respaldadas no chamado saber técnico e têm como principal objetivo difundir os argumentos da lógica capitalista que busca relacionar aumento de lucros e produtividade com desenvolvimento. Subliminarmente, promove a apologia da padronização, da homogeneização, tentando a todo custo convencer-nos das desvantagens da diversidade, da ineficácia das soluções locais, do atraso dos conhecimentos das comunidades tradicionais, ao mesmo tempo em que dele se acercam e os patenteiam.

Tautz (2004), afirma que a independência do jornalismo ambiental em relação às suas fontes permite a ele discutir livremente os rumos de um desenvolvimento que leve em conta as variáveis ambientais. Para o autor, essa postura recupera valores éticos, humanos e sociais do jornalismo estritamente comercial dos conglomerados de informação. "Algo que difira radicalmente do tipo hegemônico de jornalismo que se pratica neste país, em que a agenda de interesses privados se sobrepõe às demandas sociais" (TAUTZ, 2004, p.150).

Em algumas situações, o jornalista ambiental, no intuito de por à prova as informações prestadas por alguma fonte, pode buscar o contraditório até mesmo fora da especialidade científica, por exemplo. "Nenhuma ciência está em estado de saber por si mesma o que é a forma de saber que nela se concretiza. O seu próprio método abandona-a quando se trata de meditar sobre si mesma" (TUFFANI, 2005, p.66). Todavia, é preciso discernimento e critério ao ampliar o campo de fontes, pois não se pode por em pé de igualdade qualquer alarmista ambiental ó seja ele pesquisador, membros de ONG's e até mesmo do mundo da política ó com críticos consistentes.

c) Abrir o espaço para o debate



Este ponto mostra-se associado ao anterior, pois na medida em que a escolha das fontes se dá sob a ótica da diversidade é natural a ocorrência do debate de opiniões entre elas. Quando privilegia fontes do âmbito acadêmico, do universo político (as autoridades) e da comunidade empresarial o jornalista ambiental incorre em uma atitude elitista, autoritária e não democrática ao retirar o espaço das falas e experiências dos cidadãos comuns (BUENO, 2007). Ao contrário, diz o autor, a reportagem deve contemplar as controvérsias, o debate, o embate de ideias e opiniões, a fim de fugir do formato apenas denunciata marcado pela fragilidade que não agrega valor à cobertura ambiental.

Abrir espaço para os diversos atores sociais envolvidos não significa, contudo, uma postura de neutralidade diante dos fatos. Devem estar presentes, sempre, os compromissos inadiáveis do jornalista com a conscientização, com a mobilização de corações e mentes com a superação das desigualdades e com a denúncia dos grandes interesses em detrimento do interesse público. No entanto, tomar partido deve ser entendido aqui como investigar as causas e consequências da ação nefasta dos grupos econômicos que degradam o meio ambiente. Consiste, sobretudo, em defender, com coragem, a necessidade premente de aumento da qualidade de vida dos cidadãos (BUENO, 2007, p.21).

d) Evitar o sensacionalismo

Este item está relacionado a compreensão, muitas vezes ausente nas redações, de que fazer jornalismo ambiental não significa aderir à histeria. Fonseca (2004, p.137) considera que,

Alimentar a neurose coletiva com previsões atemorizantes, além de promover a desinformação, pode de fato levar populações, instituições e governos a optar por soluções enganosas ou contraproducentes. O entusiasmo retórico muitas vezes tende a ficar cego diante do evidente ó argumentos e fatos são duas coisas diferentes.

O autor explica que tal comportamento sensacionalista da imprensa ocorre devido ao fato desta nem sempre se pautar pelo incentivo ao debate público. Pelo contrário, prefere destacar as catástrofes ambientais fazendo manchetes que beiram o terrorismo relacionando a ecologia ao medo. Com isso, esperam conquistar audiência por meio de um enfoque superficial, apressado e distorcido. As maiores críticas feitas às coberturas da questão ambiental, e com razões, estão relacionadas a forma como a grande imprensa



e os sistemas monopolísticos de comunicação do Brasil têm se utilizado do meio ambiente com forma de aumentar a audiência, restringindo-se aos acidentes ambientais que integram o circuito viciado da chamada notícia-espetáculo (BUENO, 2007, p.27).

Importante frizar que não se trata de amenizar questões urgentes ou assumir postura ingênua perante as evidências da degradação ambiental e seus impactos, mas sim estar atento aos sofismas dos discursos, por exemplo, tanto dos ativistas quanto das empresas poluidoras (FONSECA, 2004). De acordo com Tautz (2004), o atual momento histórico pede a feitura de um tipo de jornalismo que vá além da mera constatação das agressões ambientais ao planeta e incorpore novos paradigmas civilizatórios na cobertura das questões ambientais, como as mudanças climáticas globais. Um tipo de jornalismo que surja desse momento de crise da água e do ar (os dois elementos essenciais à vida) e deixe de tratar informação ambiental como simples espetáculo (TAUTZ, 2004, p.149).

e) Nem tudo se resume às questões econômicas

Alguns profissionais de imprensa quando não relutam em reconhecer a importância dos aspectos ambientais na economia tendem a resumir todas as suas implicações ao campo econômico. Uma cobertura criativa e consequente que enxergue, estude e explore as múltiplas conexões existentes entre as variáveis ambientais e o mundo do dinheiro, do comércio exterior e do sistema financeiro ainda é rara na imprensa nacional (SCHARF, 2004). Parte do problema pode ser explicado, segundo ainda Scharf, por um erro histórico de considerar que o meio ambiente interessa somente a jovens românticos e idealistas. Para este autor,

Por tradição ou preconceito, boa parte da imprensa trata a questão ambiental como algo superficial, espetacular, que atrai pelo que tem de belo ou destrutivo, e não por seu impacto concreto: político, econômico ou social. O valor da natureza é puramente estético, idealizado. Nada mais. (SCHARF, 2004, p.51)

Por outro lado, alerta Bueno (2007), os aspectos econômicos e científicos relacionados à questão ambiental não podem ser privilegiados em detrimento de outras vertentes como a social, cultural e política. Geraque (2004), considera que o modelo a ser buscado na cobertura jornalística de meio ambiente é aquele que abre espaço para os aspectos sociais e culturais do cotidiano das pessoas, e não apenas os políticos e econômicos. Para implementar tal proposta, o autor sugere resgatar as grandes



reportagens literárias em estilo dinâmico e refinado como forma de oxigenar as formas de expressão das narrativas jornalísticas.

f) Procurar aliar jornalismo e educação

O jornalismo ambiental deve dar condições para que o cidadão participe do debate sobre o desenvolvimento sustentável desempenhando uma função pedagógica no sentido de sistematizar conceitos, disseminar informações, conhecimentos e vivências. Diante da crise ecológica das mudanças climáticas, a imprensa precisa assumir também a responsabilidade de educar e transformar, e não somente informar. O jornalismo ambiental não pode ser apenas informativo, tem que estar engajado em um modelo de vida sustentável do ponto de vista ecológico social. De acordo com Belmonte (2004, p.35-36),

O jornalismo no contexto urbano é uma ferramenta de educação ambiental. Os veículos de comunicação devem fazer campanhas públicas, informar sobre os novos estilos de vida, abrir espaço para idéias alternativas, cobrar soluções criativas do poder público. Também é função da imprensa melhorar a qualidade de vida nas cidades. Não se trata de substituir livros didáticos por reportagens de jornais, nem transformar páginas dos diários em apostilas escolares. Eles são complementares.

A ligação desejável entre o jornalismo e a educação ambiental está contemplado na legislação brasileira. A Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental, define como um dos objetivos fundamentais da educação ambiental a garantia da democratização das informações ambientais (artigo 5º, inciso II).

g) Evitar a fragmentação da cobertura

A fragmentação decorrente muitas vezes do sistema de produção jornalística fragiliza a cobertura das questões ambientais (BUENO, 2007). Esse tipo de cobertura leva os jornalistas a ter um olhar míope sobre a questão ambiental, na qual não há preocupação com o contexto das ocorrências, ou seja, as pessoas terminam não sabendo o que aconteceu antes da notícia e suas prováveis consequências (SCHARF, 2004). Isso acaba reduzindo a abrangência de algumas matérias ao ponto de transformá-las em notícias típicas das seções de variedades, que dentro do jornalismo são pouco



valorizadas. Em verdade, o jornalismo ambiental precisa incorporar uma visão multifacetada que extrapole os limites dos cadernos e das editorias evitando a sua fragilização em virtude da fragmentação. Conforme Bueno (2007, p.17),

A segmentação dos veículos em cadernos, editorias ou páginas, consolida olhares ou focos e compromete o esforço de articulação ou religação dos saberes, para usar a expressão de Edgar Morin. Esta fragmentação desestrutura a perspectiva que deve ser sempre ampliada do saber ambiental e empresta à cobertura olhares parciais, geralmente equivocados da questão ambiental, de seus problemas e soluções.

Scharf (2004) diz que essa miopia não é o único fator que fragiliza a cobertura da questão ambiental. Vem somar-se a isto, a falta de tempo para apurações de detalhes e a alta rotatividade de profissionais nas redações que impede os jornalistas de contar com a necessária estabilidade no emprego capaz de proporcionar o aperfeiçoamento de sua atividade e a reflexão sobre a mesma. O saber ambiental termina penalizado por uma espécie de mosaico informativo produzido pela mídia, capaz de retirar sua perspectiva integrada e dimensão histórica ao contemplá-la a partir de fragmentos da cobertura desprovidos de contextos e conexões. Por este motivo, o cidadão muitas vezes tem dificuldade para entender a amplitude e a importância de determinados conceitos, e geralmente vislumbra o meio ambiente com algo que lhe é externo (BUENO, 2007, p.18).

Um dos requisitos necessários ao jornalismo ambiental para que possa cumprir sua função social é enxergar os problemas ambientais com todas as suas nuances e transversalidades. Somente assim ele poderá servir ao interesse público no sentido de proporcionar a cobrança de soluções junto aos responsáveis. Porém, para que ocorra esta mediação não basta apenas uma ou duas ligações telefônicas. É preciso mergulhar no assunto. Entrar na espiral de relações que a natureza oferece. Na teia de significações. Na história humana. No povo ribeirinho. Nos grandes empresários (GERAQUE, 2004, p.80).

Essa premissa exige do jornalista ambiental, ao definir suas pautas, buscar ter uma visão abrangente do tema. Caso contrário, ele fecha o seu foco, restringe as fontes e fica mercê de informações ou dados que servem a interesses às vezes contrários ao do público. Para Bueno (2007, p. 41):

A pauta ambiental deve enxergar as questões sobre as quais ela se debruça a partir de uma lente grande angular e não, de uma



teleobjetiva. Não é razoável afunilar demais o foco (ver a árvore sem ter em mente a floresta) porque a problemática ambiental é abrangente. A pauta deve encaminhar o debate da questão ambiental para soluções não mágicas, portanto não fantasiosas, já que, na verdade, os problemas quase sempre, são amplos, complexos, mas muito concretos e de solução a médio e longo prazos.

Fica claro que evitar a fragmentação constitui-se num desafio epistemológico estabelecido pela cobertura da questão ambiental. Existe um conflito entre o saber ambiental (que pressupõe a totalização do saber) e o sistema de produção jornalística, marcado pela forma fragmentada de comunicar.

h) Caráter revolucionário e engajamento

Os jornalistas ambientais, talvez por sua proximidade com causas que buscam mudanças no atual modelo de desenvolvimento e sua conseqüente necessidade de alterações profundas nas sociedades, se vem como partícipes de um processo revolucionário e apregoam o engajamento de seus pares. Autores como Bueno (2007) e Geraque (2004), fazem a ressalva de que cumprir esse papel revolucionário não significa ser panfletário (parcial) ou ôverdeö (ativista ambiental). A revolução proposta deve ocorrer no comprometimento dos jornalistas com a mudança de paradigmas, uma visão além das aparências e não ser complacente com aqueles que se apropriam da temática ambiental para formar ou reforçar suas imagens. Além disso, uma postura permanente de suspeita em relação aos discursos pretensamente conservacionistas de governos e organizações com fins mercadológicos e propagandísticos. Bueno (2007, p.22), chama a atenção para o fato de que,

A militância em jornalismo ambiental implica dominar os conceitos básicos, estar comprometido com uma perspectiva crítica, contextualizar questões ambientais, politizar o debate. Ela requer conhecimento e respeito pela trajetória dos jornalistas ambientais brasileiros que, ao longo do tempo, têm dedicado, muitas vezes de maneira isolada e solitária, o seu trabalho e também a vida para a defesa dos interesses dos cidadãos.

Em relação ao engajamento, ela se justifica diante da necessidade de adesão imediata e permanente à pedagogia da indignação a que se referia Paulo Freire. O autor refere-se à capacidade e a disposição de indignar-se com as injustiças e de dedicar seu trabalho no sentido de, no mínimo, atenuá-las. Aderir ao processo de construção de uma



vida sustentável, não significa dar um aval aos jornalistas ambientais para abandonar seus demais compromissos com a ética e o profissionalismo.

REFERÊNCIAS

- BELMONTE, Roberto Villar. Menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.
- BORTOLOZZI, A. **Comunicação, ensino e temática ambiental**. Comunicação & Educação, n 14, jan./abr., pág. 42-48, 1999.
- BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Majoara Editorial, 2007.
- DIAS, G.F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 2 ed. Ver. Ampl. São Paulo: Gaia, 1993.
- FIGUEIREDO, Thiago Antônio de Sousa; MOURA, Edila Arnaud Ferreira; NASCIMENTO, Ana Claudeise; NILSONETTE, Marco Lopes. Comunicação Comunitária. In: Seminário Anual de Pesquisa (SAP), 2, Tefé. *Anais*. Tefé: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2001.
- FALHAS de medição invalidam tese do aquecimento global, diz cientista. **BBC**. São Paulo, 15 de fev. de 2010a. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/ciencia/2010/02/100215_aquecimento_pu.shtml> **Acessado em 17/02/2010**> Acesso em: 17 de fev. de 2010.
- FLANNERY, Tim. **Os senhores do clima**. Editora Record: São Paulo, 2007.
- FONSECA, André Azevedo da. Água de fonte só: a magnitude do problema em um experiência concreta. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.
- GERAQUE, Eduardo. Jornalismo e ecossistemas parecem (mas não são) elos perdidos. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.
- SOUSA, Filipa Ambrósio de. ONU arrasa previsões dos cientistas sobre Amazônia. **Diário de Notícias**. Portugal, 01 fev. 2010. Disponível em: <http://dn.sapo.pt/inicio/ciencia/interior.aspx?content_id=1483539&seccao=Biosfera> Acesso em: 17 de fev. 2010.
- SCHARF, Regina. Economia sustentável é utopia, contradição ou lucro certo? In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.
- TAUTZ, Carlos. Oxigênio para a energia: entenda a ideia de um o jornalismo para o desenvolvimento. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.
- TUFFANI, Maurício. As regras do jogo acima do método e da razão. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação científica: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2005.